

Período regencial

a era das revoltas



Sumário

- **Introdução**
- **Capítulo 1: Contexto histórico**
- **Capítulo 2: Política**
- **Capítulo 3: Fases do período regencial**
- **Capítulo 4: Revoltas**
- **Capítulo 5: Fim do período regencial**
- **Conclusão**

Introdução

Introdução

Depois do fim do Primeiro Reinado, com a abdicação de Dom Pedro I ao trono, em 1831, inaugurou-se o chamado Período Regencial, marcado por uma forte instabilidade política e revoltas que quase levaram a fragmentação do país.

Ao abdicar, Dom Pedro I deixou seu filho, Dom Pedro II, como seu sucessor. Como Dom Pedro II possuía apenas 5 anos, o país foi governado por regência, ou seja, por representantes do rei.

O Período Regencial só chegou ao fim em 1840, com o chamado Golpe da Maioridade.

O Período Regencial foi marcado por ser o primeiro momento na História em que o país foi governado por brasileiros e não por portugueses.

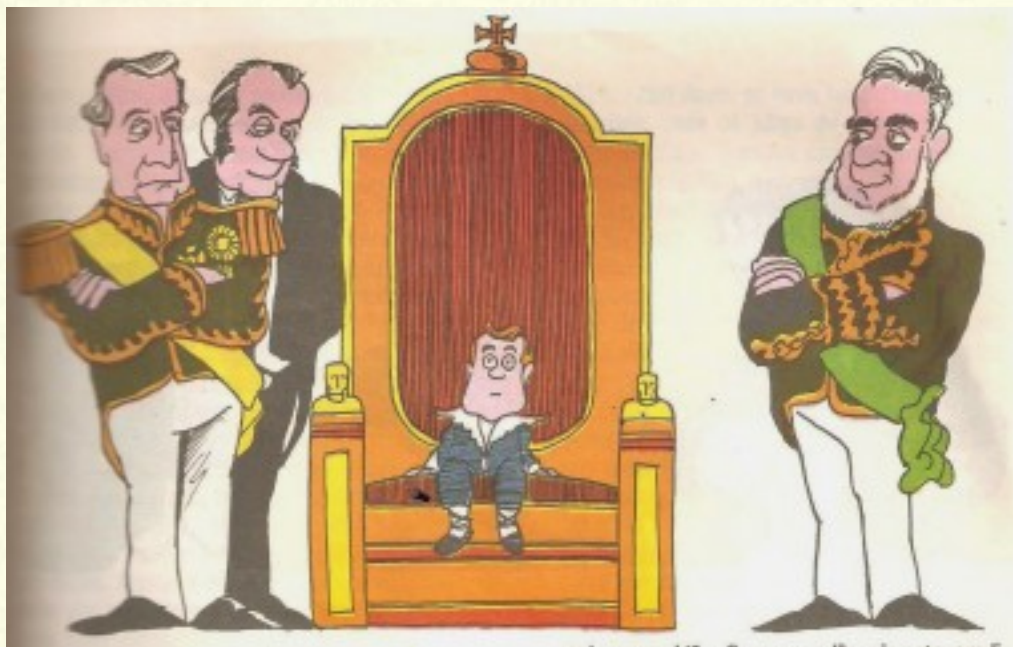
Capítulo 1:

Contexto Histórico

Capítulo 1: Contexto Histórico

A saída de Dom Pedro I do governo imperial representou uma nova fase para a história política brasileira. Não tendo condições mínimas para assumir o trono, Dom Pedro II deveria aguardar a sua maioridade até alcançar a idade exigida para tornar-se rei.

Nesse meio tempo, os agentes políticos daquela época disputaram o poder entre si no chamado Período Regencial, que vai de 1831 até 1840.



Sendo fruto da Constituição de 1824, os grupos políticos existentes ficavam restritos aos grandes proprietários de terra, comerciantes e algumas pequenas parcelas das classes médias urbanas.

Em meio às reuniões e debates que aconteceriam para a organização da ordem regencial, temos o aparecimento de três grupos políticos mais importantes: os liberais moderados, os liberais exaltados e os conservadores.

Os moderados representavam os setores mais conservadores que defendiam o poder monárquico e a manutenção da estrutura política centralizada sem restrições. Já os exaltados acreditavam que a ordem política deveria ser revisada, no sentido de dar maior autonomia às províncias.

Alguns outros integrantes desse mesmo grupo chegavam a cogitar a adoção do sistema republicano.

Por fim, havia os restauradores, que acreditavam no retorno de Dom Pedro I ao poder.

Com a morte de Dom Pedro I, o cenário político reduziu-se às agitações dos moderados e exaltados. Mesmo sendo transitória, a regência acabou sendo marcada por vários levantes e rebeliões que evidenciavam a precária hegemonia do Estado brasileiro.

No ano de 1834, tentando aplacar o grande volume de revoltas, os liberais conseguiram aprovar o Ato Adicional de 1834, que concedia maiores liberdades às províncias. Outra medida importante, foi o estabelecimento da Guarda Nacional, novo destacamento militar que deveria manter a ordem vigente. Sendo controlada e integrada por membros da elite, a Guarda Nacional acabou tendo seu poder de fogo monitorado por grandes proprietários de terra que legitimavam o desmando e a exclusão social, política e econômica que marcaram tal contexto.

Capítulo 2:

Política

Capítulo 2: Política

O Período Regencial ficou marcado pela intensa movimentação política que acontecia no país.

O debate político nesse período foi bastante acalorado e girava em torno de três grupos políticos, que gradativamente se transformaram nos dois partidos políticos do Segundo Reinado. No caso do Período Regencial, os principais grupos políticos eram:

Liberais moderados: em geral, eram monarquistas que defendiam a limitação do poder do imperador. Defendiam uma monarquia constitucional no país e tinham padre Feijó como seu maior representante.

Liberais exaltados: eram defensores abertos do federalismo, isto é, de ampliar a autonomia das províncias brasileiras. Alguns dos exaltados eram defensores da república, e o nome mais influente desse grupo foi Cipriano Barata.

Restauradores: eram defensores do retorno de D. Pedro I ao trono brasileiro e tinham nos irmãos Andrada (José Bonifácio era um deles) seus maiores expoentes.

Ao longo do Período Regencial, esses grupos foram convertendo-se nos dois partidos que centralizaram a política durante o Segundo Reinado.

O Partido Liberal surgiu da mescla dos liberais moderados com os exaltados, e o Partido Conservador surgiu da mescla dos liberais moderados com os restauradores.

Grupos Políticos até 1834

Partido	Composição	Interesses defendidos
Restauradores ou Caramurus	Comerciantes e militares portugueses (José Bonifácio)	<ul style="list-style-type: none">• Retorno de D. Pedro I• Absolutismo monárquico• Desapareceram em 1834.
Liberais Moderados ou Chimangos	Aristocracia rural (Padre Feijó)	* Manutenção da ordem social e dos privilégios da elite. Defendiam uma Monarquia Constitucional.
Liberais Exaltados ou Farroupilhas	Classes médias urbanas (Cipriano Barata)	Descentralização (autonomia provincial) e república (direito de voto)

Capítulo 3:

Fases do Período

Regencial

Capítulo 3: Fases do Período Regencial

O Período Regencial teve uma duração razoavelmente curta (apenas nove anos). De toda forma, ao longo desse período, o Brasil possui quatro regências diferentes, as quais podem ser utilizadas como marcos divisórios do Período Regencial.

PERÍODO REGENCIAL (1831-1840)

Instabilidade política (agitações internas).

➤ Fases:

- Regência Trina Provisória (abr/jul 1831);
- Regência Trina Permanente (1831 – 1834);
- Regência Una do Padre Feijó (1835 – 1837);
- Regência Una de Araújo Lima (1837 – 1840).



AVANÇO LIBERAL



REGRESSO CONSERVADOR

Regência Trina Provisória (1831)

Foi o "Primeiro governo" que sucedeu a queda do imperador Dom Pedro I, o período regencial iniciou-se com a formação de dois governos trinos.

O primeiro deles ficou conhecido como Regência Trina Provisória, onde o calor das transformações políticas deu margem para a formação improvisada de um novo governo. Os moderados logo assumiram o poder com o intuito de frear as agitações políticas da época.

Inicialmente, o governo de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, José Joaquim Carneiro de Campos e Francisco de Lima e Silva reintegraram o chamado "Ministério dos brasileiros" e anistiou os presos políticos. A Câmara dos Deputados teve seus poderes ampliados, tendo o direito de interferir nas ações do governo regencial.

Atuando por breves dois meses, a Regência Trina Provisória deu condições para que um novo governo fosse escolhido. Assim, em 17 de junho de 1831, a Assembléia promoveu um processo de escolha da chamada Regência Trina Permanente, que iria governar a partir daí.

Regência Trina Permanente (1831-1834)

Nesse novo governo, que substituiu a Trina provisória, agora formado por Francisco Lima e Silva, João Bráulio Muniz e José da Costa Carvalho, organizou-se um gabinete ministerial conservador. Essa medida visava conter os movimentos populares que pressionaram o governo de Dom Pedro I. O Ministério da Justiça foi delegado ao padre Diogo Antônio Feijó, que foi nomeado a tarefa de retaliar quaisquer revoltas que ameaçassem a ordem nacional ou não reconhecessem os poderes da nova administração.

Para tal, Feijó instituiu a Guarda Nacional, uma espécie de milícia que seria controlada por representantes das elites locais. Muitos dos chefes dessas milícias eram fazendeiros que compravam junto ao governo o título de coronel. E é nesse momento em que observamos a ascensão dos poderes políticos regionais dos latifundiários brasileiros. Essa concessão de poder, ao mesmo tempo em que fazia dos coronéis representantes do Estado, também fazia com que garantissem seus interesses particulares.

Logo no primeiro ano, observaram-se revoltas incitadas por militares. O 26º Batalhão de Infantaria e o Batalhão de Polícia, ambos localizados no Rio de Janeiro, foram palco de revoltas contra a ação regencial.

Dois meses depois, em julho de 1831, um motim ocorreu no Teatro Municipal Fluminense. Em 7 de outubro de 1832, o Batalhão de Artilharia da Ilha das Cobras também organizou uma agitação contra o Governo Regencial.

Enxergando o Exército como uma força que incitava as manifestações contra o Governo, Feijó resolveu tomar novas medidas. Entre outras ações, a regência determinou a renovação dos quadros militares.

A partir de então, os novos integrantes das forças armadas deveriam dar provas de que eram fiéis ao conservadorismo político e à centralização dos poderes. O efetivo de homens foi diminuído com a dispensa do serviço e ofereceram maiores facilidades àqueles oficiais que desejassem sair do Exército.

Gradativamente, Feijó buscou ampliar seu raio de atuação política. Dessa maneira, ele buscou criar condições pelas quais ele tramaria um golpe político e assim tornar-se-ia único regente.

Não tendo condições para assegurar tal manobra, Feijó e o governo trino foram obrigados a conceder algumas exigências liberais.

Em 1834, o Ato Adicional promoveu algumas reformas que visavam atender algumas exigências liberais. Segundo seu texto, a províncias agora poderiam criar suas próprias Assembleias Legislativas, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se uma região politicamente autônoma, o poder Moderador foi extinto e o próximo governo regencial deveria ser comandado por um único regente.

Nesse conjunto de ações as regências trinas tiveram fim e deram abertura para o governo regencial de Diogo Antônio Feijó.

Regência Una de Feijó (1835-1837)

Atendendo as medidas previstas no Ato Adicional de 1834, foram feitas eleições para que um novo governo chegasse ao poder. Superando a concorrência liberal, Diogo Antônio Feijó tornou-se regente com um total de 2.826 votos. O baixo número de eleitores refletia a exclusão política e a falta de representatividade das instituições políticas da época. Mesmo tendo alcançado a maioria dos votos, o governo de Feijó foi obrigado a resistir a diversas manifestações oposicionistas.

Até mesmo os liberais moderados, aliados naturais de Feijó, acusavam o governo de tolerante e indeciso. Além disso, os problemas de saúde de Feijó colocavam em xeque a estabilidade governamental. Nesse mesmo período, o interesse em se desenvolver uma estrutura fundiária cafeeira, intensificou a participação das elites nos quadros políticos. As tendências políticas daquela época agora se agrupavam entre progressistas, de tendência liberal, e os regressistas, partido de orientação conservadora formado pelos grandes donos de terra, comerciantes e funcionários públicos.

No governo de Feijó, o dilema da representação política e da centralização de poderes abriu espaço para a deflagração de diferentes revoltas. No ano de 1835, a ocorrência da Cabanagem no Pará e da Farroupilha no Rio Grande do Sul expressou a tensão entre os diferentes interesses políticos da época.

Ao invés de dar abertura às tendências liberais, as conturbações do período fortaleceram as alas conservadoras que exigiam a estabilidade sócio-política necessária para satisfazer o interesse das elites agrárias do país. Fisicamente incapacitado e desprovido de consistente apoio político, Feijó decidiu renunciar ao cargo de regente, em 1837.

Antes de abandonar o cargo, ele nomeou o senador pernambucano Pedro de Araújo Lima como titular na pasta do Império. Ao tomar essa atitude, Feijó colocou Araújo Lima como substituto direto ao cargo de regente.

Regência Una de Araújo Lima (1837-1840)

Após a abdicação do regente Feijó, uma nova eleição foi realizada em abril de 1838. Entre os principais concorrentes ao cargo de regente estavam o liberal Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti e o fazendeiro pernambucano Araújo Lima. Em um período em que as primeiras revoltas contra o governo explodiam a vitória do conservador Araújo Lima consolidou-se sem maiores problemas.

Compondo um gabinete de formação estritamente conservadora, a regência de Araújo Lima representou o retrocesso das conquistas liberais alcançado com a aprovação do Ato Adicional de 1834.

Em seu governo, as primeiras revoltas eram consideradas uma consequência das liberdades oferecidas pelo Ato Adicional. Dessa forma, foi homologado, em maio de 1840, a chamada Lei Interpretativa do Ato Adicional, que revisou alguns pontos da reforma de 1834.

Com a reforma, as províncias perderam parte de suas atribuições político-administrativas. De acordo com a nova lei, o governo central teria o direito de nomear funcionários públicos e funcionários de polícia e justiça. Em meio às revoltas e grandes derrotas políticas, os liberais se uniram em torno do projeto de antecipação do coroamento de Dom Pedro II. Reunidos no chamado Clube da Maioridade, os representantes liberais argumentavam que a chegada de Dom Pedro II ao trono ofereceria condições para que os problemas políticos e as revoltas fossem finalmente contornados.

Na medida em que os conservadores não tinham habilidade para resolver os problemas vigentes, a campanha em prol da antecipação do Segundo Reinado ganhava cada vez mais força. Em julho de 1840, não mais resistindo às pressões liberais, o governo regencial chegou ao seu fim com a coroação do jovem Dom Pedro II. Tal episódio ficou conhecido como o Golpe da Maioridade.

Capítulo 4:

Revoltas

Capítulo 4: Revoltas

A grande marca do Período Regencial foram as revoltas provinciais, que aconteceram em diversos locais do país.

Essas revoltas envolviam insatisfações políticas com os rumos que o país tomava, além das disputas políticas locais, insatisfação popular com a pobreza e a desigualdade, entre outros fatores.



Cabanagem

Os cabanos se organizaram e iniciaram uma rebelião armada contra o governo imperial. Eles tomaram o controle da capital Belém e estabeleceram um governo provisório, com a intenção de promover mudanças sociais e políticas em benefício dos mais pobres. Os Cabanos recebiam esse nome porque viviam em cabanas em situação precária e a Revolta visava a melhoria da condição de vida da população local. Durante a revolta, ocorreram confrontos violentos entre os cabanos e as forças imperiais. A população civil também foi afetada, sofrendo com saques, incêndios e outras formas de violência.

A revolta se espalhou por várias regiões da província, envolvendo tanto áreas urbanas quanto rurais. Apesar das conquistas iniciais dos cabanos, a revolta foi duramente reprimida pelas forças imperiais.

O governo central enviou tropas para sufocar a rebelião e retomar o controle da região. Os combates foram intensos e resultaram em aproximadamente 30 mil mortes na capital e no interior da Província. Após cinco anos de conflitos, a revolta foi controlada pelas forças imperiais.

Os líderes cabanos foram presos, exilados ou executados. A repressão aos cabanos foi severa, com muitos sendo perseguidos e punidos mesmo após o fim da revolta.



Guerra dos Farrapos

A Revolução Farroupilha, também conhecida como Guerra dos Farrapos, foi um conflito armado que ocorreu no sul do Brasil entre os anos de 1835 e 1845. Foi uma revolta de caráter separatista liderada pelos farrapos, que eram os rebeldes gaúchos. A revolução teve início devido a uma série de descontentamentos por parte dos gaúchos em relação ao governo central.

A região sul do Brasil enfrentava problemas econômicos, como altos impostos sobre a produção agrícola e o monopólio comercial imposto pelo governo imperial. Além disso, havia insatisfação com a falta de representatividade política e a centralização do poder nas mãos das elites do Rio de Janeiro.

Após dez anos de conflito, a Revolução Farroupilha chegou ao fim com a assinatura do Tratado de Ponche Verde. O governo imperial concedeu anistia aos farrapos e reconheceu algumas reivindicações dos rebeldes, como a redução dos impostos sobre a produção agrícola.

A Revolução Farroupilha evidenciou as tensões entre as diferentes regiões do país e as desigualdades econômicas e políticas existentes. Além disso, a revolução contribuiu para o fortalecimento da identidade gaúcha e para o desenvolvimento de um senso de autonomia regional.



Revolta de Malês

A Revolta dos Malês foi ocorreu em 1835, na cidade de Salvador, Bahia. Foi uma revolta liderada por escravos muçulmanos africanos, conhecidos como Malês. A revolta teve origem nas condições de opressão e exploração vividas pelos escravos na época. Os Malês eram escravos provenientes de diferentes regiões da África, principalmente da região do Sudão.

Eles mantinham suas tradições culturais e religiosas, praticando a religião islâmica em segredo. No dia 25 de janeiro de 1835, os Malês iniciaram a revolta. Eles saíram às ruas de Salvador armados com facões, lanças e outros instrumentos improvisados. A Revolta dos Malês é reconhecida como um marco na luta contra a escravidão e na preservação das tradições culturais africanas no Brasil.



A Balaiada

A Revolta da Balaiada foi um movimento de resistência popular ocorridos no Brasil durante o período imperial. Ocorreu entre os anos de 1838 e 1841, na região do Maranhão, principalmente nas cidades de Caxias e São Luís.

A revolta teve início devido às condições de opressão e exploração vividas pela população mais pobre do Maranhão. A região enfrentava problemas sociais e econômicos, como a concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários, a falta de oportunidades de trabalho e o aumento dos impostos sobre os produtos básicos.

Apesar da derrota militar, a Revolta da Balaiada teve impactos significativos na história do Brasil. Ela evidenciou as desigualdades sociais e econômicas existentes no país, além de demonstrar a resistência das camadas populares contra o governo imperial.

A revolta também contribuiu para a conscientização política e social da população maranhense, levando a uma maior participação popular nas discussões sobre os rumos do país.

Além disso, a revolta resultou em algumas melhorias nas condições de vida da população mais pobre, como a redução dos impostos e a implementação de políticas sociais.



Sabinada

A Sabinada foi uma revolta ocorrida na Bahia, entre os anos de 1837 e 1838, durante o período do Império do Brasil. Foi liderada pelo médico Francisco Sabino Álvares da Rocha, também conhecido como Dr. Sabino.

A revolta teve início devido às insatisfações políticas e sociais que permeavam a província da Bahia na época. A população baiana estava descontente com o governo imperial, que impunha altos impostos, não atendia às demandas locais e mantinha o poder concentrado nas mãos de poucos.

Após meses de confrontos e cerco militar à cidade de Salvador, as tropas imperiais conseguiram retomar o controle. Os líderes da Sabinada foram presos e muitos foram condenados à morte ou ao exílio.

A revolta teve reflexos na política brasileira. Após a Sabinada, houve um maior debate sobre as questões sociais e políticas no país, contribuindo para a consolidação de ideais republicanos e democráticos.

**Capítulo 5:
Fim do Período
Regencial**

Capítulo 5: Fim do Período Regencial

O fim do Período Regencial foi resultado da disputa política entre liberais e conservadores. Reunidos no chamado Clube da Maioridade, os representantes liberais argumentavam que a chegada de Dom Pedro II ao trono ofereceria condições para que os problemas políticos e as revoltas fossem finalmente contornados.

Na medida em que os conservadores não tinham habilidade para resolver os problemas vigentes, a campanha em prol da antecipação do Segundo Reinado ganhava cada vez mais força.

Os liberais conseguiram conquistar o apoio da maioria dos deputados e senadores e realizar o Golpe da Maioridade em 1840.

Em julho de 1840, não mais resistindo às pressões liberais, o governo regencial chegou ao seu fim com a coroação do jovem Dom Pedro II. Tal episódio ficou conhecido como o Golpe da Maioridade.

Mesmo o golpe representando um avanço das alas liberais, o início do Segundo Reinado não configurou uma reforma estrutural das práticas políticas da época.



Conclusão

Conclusão

O período regencial ocorreu, pois o sucessor herdeiro ao trono na época tinha apenas 5 anos de idade, e assim foi decidido que, o Brasil seria governado por regentes. Porém ao fim do período implementou-se o Golpe da Maioridade, quando Dom Pedro II assumiu o trono mesmo não possuindo 18 anos completos. Configurando assim, o fim do período Regencial Brasileiro.